



O SOLIDÁRIO

Boletim do Sector de Empresas da Cidade de Lisboa

Julho 2008

A ESQUERDA E A DIREITA

A política de direita, protagonizada pelo PS, PSD e CDS, sempre procurou apresentar a reconstituição dos grupos económicos privados como um instrumento de “modernização, de aumento de eficiência e da competitividade” da economia portuguesa e que a concorrência entre várias empresas privadas nos sectores dos transportes, gás, electricidade, gasolina, telecomunicações, etc., levaria ao abaixamento dos preços.

O que sucedeu, como o PCP alertou, foi exactamente o contrário. O aumento dos preços continua a ser galopante e somos os últimos da Europa. De facto, as empresas dominadas pelos banqueiros nacionais e estrangeiros têm como único objectivo o aumento dos seus lucros. Por essa razão não só os preços subiram como fecharam estações de correio, estações de comboio, serviços de urgência, maternidades, escolas, diminuíram as carreiras rodoviárias, incluindo os autocarros da Carris, etc.

E como se não bastasse, a chamada “Entidade Reguladora” da EDP nomeada pelo Governo entendeu que, a partir do próximo ano, as dívidas de consumidores serão pagas por todos nós e que passará a haver aumentos trimestrais da electricidade.

Entretanto, como os bancos descobriram que rende mais gerir a “saúde” do que fábricas, os nossos impostos estão a ser utilizados na construção de hospitais para oferecer aos banqueiros.

É o que o PS (de que alguns destacados militantes como Mário Soares e Manuel Alegre tentam fingir que são de esquerda) já fez com o Hospital Amadora Sintra e se prepara para fazer com os hospitais em Braga, Loures, Cascais e Vila Franca de Xira.

Por tudo isto o PCP lutou e luta contra a privatização de sectores económica e socialmente básicos e pela sua nacionalização como factor de desenvolvimento económico, de recuperação de atrasos, de recuperação da independência nacional e de qualidade de vida do nosso povo.

**É necessária e urgente uma
alternativa política de esquerda.**

Luta connosco!



Quem é que precisa de se modernizar? o PCP ou o PS?



Em Agosto de 2003, o então governo PSD/CDS-PP de Durão Barroso apresentava o seu projecto de Código do Trabalho como remédio para todos os males do país. Era a solução para modernizar o país e aumentar a competitividade da economia.

O resultado está à vista – o encerramento de empresas, o aumento do desemprego, o enriquecimento de meia dúzia de famílias e o empobrecimento de milhares de trabalhadores e reformados.

Cinco anos depois, o governo de Sócrates, com o apoio inequívoco da direcção do PS, rasga todas as promessas feitas em 2005 e apresenta uma proposta de Código do Trabalho que agrava a do PSD, mas apelidando-a de “um projecto para a modernização do país e a resolução dos problemas dos trabalhadores”, quando não passa de um retrocesso nos direitos conquistados à custa de muita luta e sacrifício de gerações de trabalhadores.

A proposta da direcção do PS é a de voltarmos à escravatura, aos plenos poderes do patronato, é uma proposta velha e antiquada:

- A contratação colectiva, que tem força de lei, é um instrumento de regulamentação das leis do trabalho de um determinado sector de actividade ou empresa, resultante da negociação dos sindicatos da CGTP com os patrões. Normalmente fixa direitos mais favoráveis que os mínimos consagrados na lei geral. É por tudo isto que o Governo se propõe tudo fazer para acabar com os contratos colectivos.

- O Governo diz que, com este Código, vai combater os contratos a prazo e os recibos verdes. É falso. A grande maioria destes postos de trabalho são permanentes, logo os trabalhadores devem passar a efectivos e o governo e os trabalhadores descontarem para a Segurança Social valores iguais aos dos restantes.

- Com esta proposta de Código passariam a ser permitidos os despedimentos sem justa causa, seriam criados mecanismos ao patrão, público ou privado, para poderem despedir a seu bel-prazer.

- O horário de trabalho passaria a ser de 12 horas diárias e 60 horas semanais.

- Acabaria o pagamento do trabalho extraordinário com a criação de um “banco de horas”, que permitiria ao patrão, público ou privado, dispor do trabalhador sem ter de lhe pagar horas extraordinárias.

- As horas de referência para pagamento de trabalho nocturno deixariam de estar compreendidas entre o período das 20 horas às 7 horas, passando a ser das 22 às 7.

Se, para o governo e direcção do PS, comentadores políticos e mesmo alguns jornalistas, trabalhar mais, receber menos, ter os salários mais baixos da Europa, suportar aumentos brutais de preços e ainda passar a estar sujeito à arbitrariedade patronal, significa modernidade, para o PCP, como sempre afirmou, estas medidas não passam de um verdadeiro retrocesso responsável pelo atraso do nosso país.

Este assunto não está encerrado

A proposta do Governo para revisão do Código do Trabalho estará à discussão pública durante o mês de Agosto.

**Todos os trabalhadores e suas organizações representativas deverão enviar para a Assembleia da República o seu parecer.
Em Setembro continuaremos a luta!**

O Organismo de Direcção do Sector de Empresas de Lisboa - Julho/2008

